

SUMÁRIO

O TELEFONE	29
NOTA À VIGÉSIMA EDIÇÃO	31
NOTA À DÉCIMA NONA EDIÇÃO	33
NOTA À DÉCIMA OITAVA EDIÇÃO	35
NOTA À DÉCIMA SEXTA EDIÇÃO.....	39
NOTA À DÉCIMA QUINTA EDIÇÃO	41
NOTA À DÉCIMA TERCEIRA EDIÇÃO	43
NOTA À DÉCIMA SEGUNDA EDIÇÃO.....	45
NOTA À DÉCIMA EDIÇÃO.....	47
NOTA À NONA EDIÇÃO	49
NOTA À OITAVA EDIÇÃO.....	51
NOTA À SÉTIMA EDIÇÃO	53
PREFÁCIO À SÉTIMA EDIÇÃO.....	55
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	57
 Capítulo I	
CONTEXTUALIZANDO O CDC	63
1. O CDC como um “microsistema legislativo”	63
2. O que são normas de “ordem pública e interesse social”?.....	64
3. Autonomia e heteronomia	66
4. O CDC como uma “lei de função social”	68
5. O fundamento constitucional do CDC	69
6. Questões de Concursos	71
7. Quadro Sinótico.....	72
 Capítulo II	
CARACTERÍSTICAS DO CDC.....	73
1. Normas principiológicas	73

2.	Vocação de expansão	77
2.1	A questão do superendividamento: contextualização e aspectos gerais ...	78
3.	Diálogo das fontes	81
4.	Irrelevância dos aspectos formais.....	83
5.	Questões de Concursos	85
6.	Quadro Sinótico.....	85

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO CDC.....	87
1. Vulnerabilidade do consumidor.....	87
1.1 Vulnerabilidade digital	90
2. Transparência.....	92
3. Informação	96
4. Segurança.....	105
5. Equilíbrio nas prestações.....	112
6. Reparação integral.....	119
7. Solidariedade.....	125
8. Interpretação mais favorável ao consumidor (interpretação contra o estipulante).....	131
9. Boa-fé objetiva	135
10. Reparação objetiva	139
11. Adimplemento substancial.....	145
12. “Venire contra factum proprium”	146
13. Conservação do contrato.....	148
14. Modificação das prestações desproporcionais.....	149
15. Equidade.....	152
16. Harmonia nas relações de consumo	154
17. Acesso à justiça	157
18. Questões de Concursos	170
19. Quadro Sinótico.....	171

Capítulo IV

RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	173
1. Os sujeitos.....	173
2. Identificando o consumidor e o fornecedor	174

2.1.	A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras.....	174
2.1.1.	Situações em que, segundo o STJ, não se aplica o CDC.....	174
2.1.2.	Situações em que, segundo o STJ, aplica-se o CDC.....	177
2.2.	Internet e relações de consumo no STJ.....	184
2.2.1.	O Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014).....	188
2.2.2.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).....	195
2.2.3.	O Marco das Criptomoedas (Lei n. 14.478/2022).....	198
2.3.	Os profissionais liberais são fornecedores de serviços?.....	209
3.	Teorias “maximalista” e “minimalista”.....	212
4.	Compreendendo a expressão “destinatário final”.....	213
4.1.	Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final”.....	215
5.	A pessoa jurídica como consumidora.....	218
6.	Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções.....	219
7.	Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica.....	220
8.	Consumidor por equiparação.....	220
8.1.	As três hipóteses previstas do consumidor por equiparação (art. 2º, parágrafo único; art. 17; art. 29).....	220
8.2.	Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo.....	223
9.	Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC.....	225
9.1.	Exceção: juros de mora.....	226
9.1.1.	Responsabilidade contratual.....	226
9.1.2.	Responsabilidade extracontratual.....	226
9.2.	Prazos prescricionais nas responsabilidades contratual e extracontratual, segundo o STJ.....	227
10.	Questões de Concurso.....	228
11.	Quadro Sinótico.....	241

Capítulo V

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	245
1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço.....	246
2. Vício do produto.....	247
3. Vício do serviço.....	249
4. Fato do produto.....	250
5. Fato do serviço.....	252

6. Perigo intrínseco.....	253
7. Prazo decadencial do vício.....	254
8. Prazo prescricional do fato.....	256
9. Responsabilidade objetiva do fornecedor.....	256
10. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor.....	259
11. Comerciante: responsabilidade subsidiária?.....	260
12. Questões de Concursos.....	262
13. Quadro Sinótico.....	263

Capítulo VI

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE.....	265
1. Excludentes de responsabilidade: quais são aceitas no sistema de consumo?.....	265
2. Caso fortuito ou força maior.....	266
2.1. Irrelevância da distinção.....	267
2.2. Distinção relevante.....	268
2.2.1. Fortuito interno.....	268
2.2.2. Fortuito externo.....	269
2.3. A análise dos riscos assumidos pelo fornecedor (a questão da esfera de risco).....	271
3. Culpa exclusiva da vítima.....	274
4. Fato exclusivo de terceiro.....	275
5. Culpa concorrente.....	277
6. Teoria do risco do desenvolvimento.....	279
7. Compreendendo a distinção entre excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade civil.....	281
8. Questões de Concursos.....	286
9. Quadro Sinótico.....	287

Capítulo VII

DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	289
1. Breve panorama legislativo e jurisprudencial.....	290
2. Indenização ressarcitória e indenização compensatória.....	292
3. Morte de familiar: quem poderá propor ação contra o fornecedor de produtos ou serviços?.....	293
4. Quais agressões perfazem dano moral?.....	294

5. Danos não patrimoniais de alguma gravidade	297
6. Se a vítima falecer antes de propor ação, os herdeiros podem fazê-lo?.....	300
6.1. O dano moral reflexo pode se caracterizar ainda que a vítima direta do evento danoso sobreviva?	301
7. A quantificação do dano moral	302
7.1. A questão da condenação em valor inferior ao postulado	304
8. O STJ pode alterar valores de dano moral?.....	305
9. A condição econômica do autor do dano e da vítima influem na fixação do valor?.....	306
9.1. O critério bifásico na quantificação do dano moral	307
10. A dúplice função do dano moral (aspecto punitivo ou pedagógico)	308
11. CDC x Convenção de Varsóvia: indenização por perda de bagagem	312
12. O dano moral sofrido por consumidor pessoa jurídica	314
13. Dano moral pode resultar do descumprimento do contrato pelo fornecedor de produtos ou serviços?	316
14. Dano moral e dano estético podem ser cumulados?.....	318
15. como se provam os fatos constitutivos do dano moral? A questão dos danos <i>in re ipsa</i>	319
16. A questão do nexo causal no dano moral	322
16.1. Repensando o nexo causal: flexibilizações e presunções do nexo causal.....	326
17. Responsabilidade civil das empresas de estacionamento.....	327
17.1. Excludentes de responsabilidade civil	327
17.2. Irrelevância da gratuidade.....	329
17.3. Outras hipóteses	329
17.3.1. <i>Shopping centers</i> ou supermercados	329
17.3.2. Estacionamento de hospital.....	331
17.3.3. Estacionamento de hotel.....	331
17.3.4. Estacionamento por manobristas de restaurantes.....	332
17.3.5. Estacionamento de postos de combustível	333
17.3.6. Estacionamento de universidades.....	334
18. Responsabilidade civil no transporte de pessoas	334
18.1. Contextualização	334
18.2. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade.....	334
18.3. O dano causado por terceiro: responde a empresa de transporte? ...	335

18.3.1. Dano conexo ao transporte	335
18.3.2. Dano desconexo ao transporte.....	335
18.4. Transporte gratuito ou de mera cortesia	336
18.5. Excludentes de responsabilidade.....	338
18.5.1. Culpa exclusiva da vítima	338
18.5.2. Caso fortuito ou força maior (Código Civil, art. 393, parágrafo único).....	338
18.5.2.1. Fortuito interno e fortuito externo	339
18.5.2.1.1. Fortuito interno.....	340
18.5.2.1.2. Fortuito externo	340
18.5.2.1.2.1. Uma brevíssima análise crítica	342
18.5.3. Culpa concorrente.....	343
18.6. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar	343
18.7. Aplicação do CDC ao contrato de transporte	344
18.8. Danos causados a terceiros (não passageiros).....	344
19. Responsabilidade civil dos médicos: contextualização e lastro normativo....	345
19.1. Médicos x advogados: posições diferenciadas do STJ.....	346
19.2. Consequências da aplicação do CDC aos médicos	347
19.3. Responsabilidade civil dos hospitais particulares: um regime diferenciado (duas formas diversas de responsabilidade).....	350
19.4. Danos sofridos em hospitais públicos ensejam a aplicação do CDC? Uma reflexão contextualizada.	353
19.4.1. Serviços públicos sociais.....	356
19.5. Dever de atendimento em casos de urgência, mesmo nos estabelecimentos privados	357
19.6. Disciplina do Código Civil, seguro de responsabilidade civil e código de ética médica.....	358
19.7. O uso construtivo do silêncio: técnicas de contenção judicial.....	360
19.7.1. Dever de tutela do melhor interesse do paciente.....	361
19.8. A responsabilidade médica como contratual: há relevância?.....	362
19.9. A questão da equipe médica: até que ponto uns respondem por atos de outros?	363
19.10. A reexecução dos serviços: o paciente pode ser constrangido a realizá-los com o mesmo médico?	364
19.11. É necessário que a culpa do médico seja grave?.....	365

19.11.1. Erros grosseiros e reflexos no <i>quantum</i> indenizatório.....	366
19.12. A questão do consentimento do paciente	366
19.13. O erro de diagnóstico	368
19.14. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos.....	368
19.14.1. Obrigações de meio	369
19.14.2. Obrigações de resultado.....	369
19.14.2.1. Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente	370
19.14.3. Procedimentos de natureza mista.....	371
19.14.4. A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?.....	372
19.15. Aplicação da teoria da perda da chance à responsabilidade médica	374
19.16. Inversão do ônus da prova, teoria da distribuição dinâmica e outras tendências que se fortalecem na legislação, doutrina e jurisprudência.....	375
20. Perda da chance	380
21. Dano temporal.....	382
22. Dano moral coletivo.....	383
22.1. A questão da ilicitude lucrativa	388
23. Dano social.....	389
24. Dano institucional	391
25. Questões de Concursos	391
26. Quadro Sinótico.....	393

Capítulo VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CDC	395
1. Decadência (vício do produto ou serviço).....	395
1.1. Vício oculto	395
1.1.1. Produtos duráveis	396
1.1.2. Produtos não duráveis.....	396
1.2. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual.....	396
1.3. Vício aparente	397
1.4. Causas que suspendem a decadência	397
2. Prescrição (fato do produto ou serviço).....	398

2.1.	Quando se inicia a contagem do prazo prescricional?.....	401
2.2.	Teoria da actio nata: critérios objetivo e subjetivo.....	402
3.	Conflitos entre o CDC e CC/2002: interpretação favorável ao consumidor.....	406
3.1.	Acidentes com passageiros no transporte de pessoas.....	406
3.2.	Inclusões indevidas em cadastros negativos.....	408
3.3.	Ação para exigir contas (CPC/2015, arts. 550 e seguintes)	409
3.4.	Prazo prescricional para questionar cláusulas abusivas em contratos de consumo (revisão e pretensão condenatória à devolução dos valores)	410
3.5.	Repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.....	411
3.6.	Algumas questões relativas aos seguros	411
3.7.	Outras questões decididas pelo STJ.....	412
4.	Questões de Concursos	412
5.	Quadro Sinótico.....	413

Capítulo IX

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	415	
1.	Desconsideração da personalidade jurídica	415
2.	CDC: primeira lei brasileira a prevê-la.....	415
3.	Desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores	417
3.1.	Teoria maior e teoria menor da desconsideração	418
3.1.1.	Teoria maior	418
3.1.2.	Teoria menor	418
4.	Críticas ao art. 28 do CDC	420
5.	Sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, sociedades consorciadas e sociedades coligadas	420
6.	O juiz pode declarar a indisponibilidade dos bens na própria sentença declaratória de falência?	421
7.	A aplicação da teoria significa encerramento das atividades da pessoa jurídica?.....	422
8.	Aplicação da teoria da desconsideração pela administração pública.....	422
9.	A questão da sociedade irregular ou de fato	423
10.	Há necessidade de propositura de ação autônoma?.....	423
11.	Desconsideração inversa	424

12. A desconsideração na Lei da <i>Liberdade Econômica</i> (Lei n. 13.874/2019).....	425
13. Questões de Concursos	429
14. Quadro Sinótico.....	430

Capítulo X

PRÁTICAS COMERCIAIS.....	431
1. Pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais.....	431
2. O efeito vinculante da oferta publicitária.....	434
3. O dever de prestar informações corretas e precisas.....	436
4. Oferta de peças de reposição.....	437
5. Venda por telefone ou reembolso postal	438
6. Solidariedade do fornecedor pelos atos dos prepostos ou representantes autônomos	438
6.1. Teoria da aparência	439
7. Opções para o consumidor na hipótese de o fornecedor recusar cumprimento à oferta publicitária	441
8. Questões de Concursos	442
9. Quadro Sinótico.....	443

Capítulo XI

A PUBLICIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	445
1. A publicidade na sociedade atual.....	445
1.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária.....	446
1.2. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias	447
2. Publicidade enganosa.....	448
2.1. Publicidade enganosa por omissão.....	450
2.2. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro	452
3. Publicidade abusiva.....	452
4. A força vinculante da publicidade para o fornecedor.....	454
5. Ônus da prova na comunicação publicitária	454
6. A contrapropaganda.....	455
7. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo	455
8. Os influenciadores digitais	457
9. Questões de Concursos	459
10. Quadro Sinótico.....	460

Capítulo XII

PRÁTICAS ABUSIVAS.....	461
1. Venda casada ou imposição de limites quantitativos pelo fornecedor.....	462
2. Recusa de contratar pelo fornecedor.....	464
3. Produtos enviados sem solicitação prévia.....	465
4. Aproveitamentos das vulnerabilidades específicas do consumidor.....	466
5. Exigência de vantagens excessivas.....	466
6. Execução de serviço sem orçamento prévio.....	467
7. Repasse de informações depreciativas relativas a consumidor.....	468
8. Inserção no mercado de produto em desacordo com as normas técnicas..	469
9. Recusa de venda de bens ou prestação de serviços.....	469
10. Elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços.....	470
11. Ausência de prazo para cumprimento de obrigação pelo fornecedor.....	471
12. Aplicação de fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.....	472
13. Orçamento: dever de entrega, vinculação e prazo de validade.....	472
14. Produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle de preços.....	474
15. Cobrança de dívidas.....	475
15.1. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo.....	475
15.2. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago.....	477
15.2.1. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro?.....	478
15.2.2. É preciso provar culpa do fornecedor para incidência do art. 42?.....	478
16. Planos de saúde: experiência brasileira e função social.....	479
17. Questões de Concursos.....	492
18. Quadro Sinótico.....	493

Capítulo XIII

BANCO DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES.....	495
1. Acesso do consumidor às informações a ele relativas.....	495
2. Limite temporal de consignação das informações negativas: 5 anos.....	496
2.1. Termo inicial da contagem dos 5 anos.....	497
3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor.....	497

3.1.	De quem é o dever de comunicação?	499
3.2.	É suficiente a prova do envio da comunicação?	499
3.3.	A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de re- produção de dados existentes em banco de domínio público?	500
3.4.	De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida?	501
4.	Dívida discutida em juízo pode ser inscrita?	502
5.	Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo	503
5.1.	Desnecessidade da prova de prejuízo concreto	504
5.2.	Há dano moral se já havia inscrição anterior?	504
5.3.	Valores de indenização	505
5.4.	Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida	506
5.5.	Prazo prescricional	506
6.	Bancos de dados como entidades de caráter público	507
7.	Prescrição dos débitos e cadastros negativos	507
7.1.	Prescrição da ação de cobrança, não do título executivo	507
8.	Bancos de dados contra maus fornecedores	508
9.	Questões de Concursos	509
10.	Quadro Sinótico	511

Capítulo XIV

NEGÓCIOS JURÍDICOS – PRINCÍPIOS CLÁSSICOS E ATUAIS	513	
1.	Contextualizando: tentando entender o ontem e o hoje	513
2.	Tríplice escolha da vontade	514
2.1.	Persiste a tríplice escolha?	514
2.1.1.	Crescente objetivação do conteúdo negocial	515
3.	Igualdade formal	516
3.1.	Igualdade material ou substancial	516
4.	Pacta sunt servanda	517
4.1.	Boa-fé objetiva	517
4.1.1.	Funções da boa-fé objetiva	518
4.1.2.	A teoria dos atos próprios e a boa-fé objetiva	520
4.1.2.1.	<i>Venire contra factum proprium</i>	521
4.1.2.2.	Adimplemento substancial (<i>substancial performance</i>)	522
4.1.2.3.	<i>Supressio e surrectio</i>	523

4.1.2.4.	<i>Tu quoque, exceptio doli e exceptio non adimpleti contractus</i>	524
4.1.2.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar o prejuízo)	525
5.	Relatividade dos contratos	525
5.1.	Função social dos contratos.....	526
6.	Autonomia da vontade.....	527
6.1.	Repúdio ao abuso de direito	528
7.	Questões de Concursos	528
8.	Quadro Sinótico.....	529

Capítulo XV

PROTEÇÃO CONTRATUAL	531
1. O contrato de consumo: distância do modelo clássico	531
2. A função social dos contratos	531
3. Necessidade de prévio conhecimento do conteúdo contratual pelo consumidor.....	531
4. Necessidade de redação clara e inteligível dos contratos de consumo	532
4.1. São válidas as limitações contratuais de direitos do consumidor? ...	533
5. Necessidade de interpretação favorável ao consumidor	534
5.1. Como interpretar a expressão “danos pessoais” nos contratos de seguro	536
6. Escritos particulares, recibos e pré-contratos	536
7. Direito de desistência imotivada sete dias após a conclusão do contrato...	537
7.1. Devolução dos valores pagos pelo consumidor	539
8. Garantia contratual	539
8.1. Como se conta o prazo da garantia contratual?	540
9. O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	541
10. Questões de Concursos	544
11. Quadro Sinótico.....	545

Capítulo XVI

CLÁUSULAS ABUSIVAS	547
1. Sistema de nulidades do CDC	547
2. Análise das cláusulas abusivas do CDC.....	548
3. Cláusulas de abertura: a importante função da jurisprudência	559

3.1.	Ofensa aos princípios fundamentais do sistema jurídico	559
3.2.	Restrição de direitos fundamentais ou violação do equilíbrio contratual.....	560
3.3.	Cláusula excessivamente onerosa para o consumidor: análise das circunstâncias peculiares ao caso	566
4.	É possível separar a cláusula abusiva do restante do contrato?	567
5.	Controle abstrato das cláusulas abusivas.....	568
6.	Contratos que envolvam outorga de crédito ou financiamento: dever de informação	568
6.1.	Sujeição das instituições financeiras ao CDC.....	569
6.1.1.	Capitalização dos juros.....	571
6.1.2.	Comissão de permanência.....	571
6.1.3.	Juros superiores a 12% ao ano.....	572
6.1.4.	Taxa referencial	573
6.1.5.	Comissão de concessão de crédito.....	573
6.1.6.	O banco responde por defeito de produto obtido a partir de financiamento bancário?	574
6.1.7.	Cobrança indevida pela emissão de boletos bancários.....	574
6.1.8.	Informações fornecidas pelas instituições financeiras ao Sisbacen.....	574
6.1.9.	Novas teses fixadas pelo STJ a respeito dos contratos bancários, em sede de recursos repetitivos (Tema 958).....	575
6.1.10.	As propostas do Plano Nacional de Consumo e Cidadania....	575
6.1.11.	Cartões de crédito e débito	577
7.	Multas de mora: limite nos contratos de consumo	580
8.	Pagamento antecipado da dívida: redução dos juros e encargos	581
9.	Nulidade das cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas.....	581
10.	Restituição dos valores nos contratos de consórcio.....	583
11.	Obrigatoriedade de que os valores sejam expressos em moeda nacional...	584
12.	Sanções administrativas.....	585
12.1.	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	591
12.2.	Departamento Nacional de Defesa do Consumidor	592
12.3.	Convenção coletiva de consumo	594
13.	Questões de Concursos	595
14.	Quadro Sinótico.....	596

Capítulo XVII

CONTRATOS DE ADESÃO	599
1. Conceito legal.....	599
2. Interpretação contra o estipulante.....	599
3. Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.....	601
4. Cláusulas que limitam direitos dos consumidores.....	602
5. A prevenção e o tratamento do superendividamento: arts. 54-A e seguintes do CDC	603
6. As questões relativas à conciliação no superendividamento	614
7. Questões de Concursos	618
8. Quadro Sinótico.....	619

Capítulo XVIII

DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	621
1. Interesses ou direitos difusos	622
2. Interesses ou direitos coletivos	622
3. Interesses ou direitos individuais homogêneos.....	623
3.1. Legitimação do Ministério Público.....	624
3.1.1. Interesse ainda que disponível	625
3.1.2. Interesse social.....	626
4. Legitimação concorrente	627
4.1. Os Procons podem figurar no polo passivo das lides?.....	633
5. Estímulo à efetividade: admissibilidade de todas as espécies de ações	635
5.1. Questões relativas às tutelas específicas	636
5.2. Questões relativas às custas, honorários periciais e outras despesas	640
5.3. Questões relativas à denúncia da lide	641
5.4. Questões relativas ao diálogo das fontes	642
6. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.....	643
6.1. A liquidação e a execução da sentença.....	646
6.1.1. A questão do <i>fluid recovery</i>	648
6.2. Execução da sentença: direitos individuais homogêneos	649
6.2.1. É possível executar no domicílio da vítima?	649
6.2.2. Legitimidade do Ministério Público para execução da sentença coletiva.....	650
6.2.3. Prescrição para a execução individual da sentença coletiva....	650

7. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.....	650
8. Da coisa julgada.....	654
8.1. Os efeitos da sentença – no caso de interesses individuais homogê- neos relacionados a relações de consumo – limitam-se à competên- cia territorial do órgão julgador?.....	659
9. Questões de Concursos	660
10. Quadro Sinótico.....	661
QUESTÕES DIVERSAS.....	663
BIBLIOGRAFIA.....	667
Anexo I	
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	675